A Ernesto Leme,
com a velha amizade,
afetuosamente P.
Plinio Salgado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLÍNIO SALGADO
Deputado Federal

40.º ANIVERSÁRIO DE LANÇAMENTO DO MANIFESTO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Discurso proferido na sessão
de 10 de outubro de 1972

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1973



Digitalizado pela
Frente Integralista Brasileira
http://www.integralismo.org.br/
Deus - Pátria - Família



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLÍNIO SALGADO
Deputado Federal

40.º ANIVERSÁRIO DE LANÇAMENTO DO MANIFESTO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Discurso proferido na sessão
de 10 de outubro de 1972

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1973

O SR. PLINIO SALGADO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este ano de 1972 tem sido um ano de comemorações: a do Sesquicentenário da Independência, o quarto centenário da publicação de «Os Lusíadas», de Camões, o cinqüentenário da Semana da Arte Moderna, o quadragésimo aniversário da Revolução Constitucionalista de São Paulo e, agora o do lançamento do Manifesto de 7 de outubro de 1932, que fundou no Brasil a Ação Integralista Brasileira.

Minha posição política atual é nítida e clara. Tendo participado da Revolução de 64, não podia deixar de me inscrever nas fileiras da ARENA, Partido que apóia o Governo da República e ao qual me manifesto sempre fiel. Entretanto, isto não impede que eu cumpra um dever moral, principalmente tendo em vista o grande alarde que tem feito a imprensa brasileira em torno deste acontecimento — a fundação da Ação Integralista Brasileira — de vir à tribuna para tornar bem evidente o objetivo daquele movimento e as circunstâncias históricas em que ele se processou.

Dividirei meu discurso em duas partes. A primeira será a leitura do 1º capítulo de um livro que publiquei, há 15 anos, intitulado «O Integralismo na Vida Brasileira.» A segunda será de comentários que irei tecer, ouvindo quaisquer interpelações acerca da matéria que será por mim desenvolvida.

Esse primeiro capítulo diz o seguinte:

O Ambiente Histórico

> «Para se ter noção exata do que representou o Manifesto de Outubro de 1932, cujo vigésimo quinto aniversário está sendo comemorado, é preciso, antes de tudo, fazer-se um levantamento, ainda que sumário, do panorama político-social e cultural do nosso País, na hora em que esse documento apareceu.
>
> Adeptos, adversários ou indiferentes, ninguém pode negar, de boa-fé, que o Manifesto de Outubro mobilizou milhares de brasileiros, desde o homem do sertão até os

numerosos e legítimos expoentes da cultura nacional. Algum motivo deveria ser a causa de tamanho poder de aliciamento; e não vemos outro senão no fato de enraizar-se o Manifesto nos sentimentos da mais pura brasilidade, ao mesmo tempo respondendo a inquietações decorrentes de acontecimentos políticos e de circuntâncias sociais da sua contemporaneidade.

Examinaremos, primeiramente, o quadro psicológico da vida brasileira a partir de 1930 até outubro de 1932. São os dois anos posteriores à Revolução da Aliança Liberal em cujas hostes se arrigimentaram todos os descontentamentos e todas as aspirações vagas e indefinidas do complexo popular.

Enquadraram-se, na Revolução de 30, flagrantes heterogeneidades, a tal ponto que os remanescentes das Revoluções de 1922, 24 e 26 uniram -se àqueles mesmos homens por eles combatidos e que se encontravam, por motivos bem diversos, em oposição ao Governo Federal. Chefes políticos, empenhados durante as revoluções anteriores em exprobar, pela tribuna do Parlamento ou nas curuis do Executivo, os rebeldes daquelas jornadas, eram agora pugnazes oradores ou eficientes conspiradores preparando a rebilião que alçava a bandeira dos adversários de ontem.

Entre os motivos aduzidos pela coalisão de revolucionários e reacionários apaziguados, salientava-se o libelo contra a chamada «política dos Governadores» e contra o excessivo poder político do Presidente da República, baseado este no apoio dos chefes dos Executivos regionais. Mas, ainda aí, se manifestava contraditória a Revolução de 30, porquanto levantando-se contra a política dos Governadores, ela mesma, realizava o pacto de três desses Governadores, dentre os quais os dois que sempre constituiram, com um terceiro de igual potência, o jogo de eqüilíbrio do sistema condenado.

Todas essas contradições não devem, entretanto, servir de argumento ao historiador para, só por eles julgar o fenômeno sócio-político de 1930. Coincidindo os interesses políticos dos Governadores de Minas, Rio Grande do Sul e da Paraíba com as aspirações gerais, ainda que indefinidas, da Nação Brasileira, esses Governadores tiveram o bom senso de canalizar, compor e dirigir as correntes revolucionárias, representando, com o seu Estado-Maior de homens formados na escola da República Ve-

lha, uma espécie de centro de gravidade, cujos benefícios logo se tornaram evidentes, impedindo que o país fosse levado à anarquia.»

O Sr. Marcos Freire — Deputado Plínio Salgado, em 1932 o Manifesto Integralista afirmava: «Ou os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos espontaneamente da falsa vida política, até o dia em que conquistarmos o Poder da República.» Nesta tarde V. Exa. diz da tribuna da Câmara, que fez a Revolução de 64, que apóia o atual Governo. Gostaria, então, de saber se isso significa que o atual sistema se confunde com os propósitos e objetivos do então movimento integralista.

O SR. PLÍNIO SALGADO — Agradeço a V. Exa. o aparte. Mas V. Exa. se antecipou. Eu ainda estou nos primórdios históricos da situação brasileira, quando apareceu aquele manifesto. No curso das idéias expositivas que me trazem à tribuna responderei a V. Exa.

O Sr. Marcos Freire — Lamento que V. Exa. não possa antecipar-se.

O SR. PLÍNIO SALGADO — Não posso antecipar, porque quebra o método do meu discurso.

Entre as coisas que se exigem do orador, temos: clareza na exposição, metodologia e não confusão de espírito, levando a outros caminhos sem chegar a um fim claro e positivo.

O Sr. Marcos Freire — Muitas vezes a clareza está implícita e não explícita.

O Sr. Alencar Furtado — Permita-me V. Exa. dar um aparte histórico?

O SR. PLÍNIO SALGADO — Perfeitamente.

O Sr.. Alencar Furtado — Nobre Deputado Plínio Salgado, quando do manifesto, hoje comemorado e revivido por V. Exa., a Itália de Mussolini vivia uma década. Outros movimentos históricos já existiam neste País, como, por exemplo, o encabeçado pelo jornalista mineiro que criou o Partido Sindical Nacionalista. Tenho para mim, nobre Deputado, que V. Exa. naquele manifesto, que retrata as posições radicais de direita, fez pouco de originalidade, pois que muitos das idéias já se encontravam pregadas anteriormente no Brasil. Até o lema «Deus, Pátria e Família» existia,

com uma pequena variação, no Partido Sindical Nacionalista, que dizia ser «Por Deus, pela Pátria e pela Família.» V. Exa. criou o lema «Deus, Pátria e Família» a meu ver inspirado naquele lema anteriormente existente. Mas não ficou somente nisso; copiou também a indumentária, que, na década de 30 para 40, se configurava entre aqueles que defendiam o fascismo na Itália. V. Exa. comemora os quarenta anos do seu manifesto. Nós, nobre Deputado Plínio Salgado — com o respeito à pessoa e à cultura de V. Exa. — contraditando hoje, ontem e amanhã, os pontos-de-vista radicais de V. Exa., homenageamos hoje também, neste ano de 1972, os pracinhas que tombaram em Pistóia.

O SR. PLÍNIO SALGADO — Dentre os quais, muitos companheiros meus que morreram.

O Sr.. Alencar Furtado — Não podemos deixar de prestar, nesta data...

O SR. PLÍNIO SALGADO — Prestarei, porque perdi queridos companheiros.

O Sr. Alencar Furtado —... em que V. Exa. comemora o Manifesto de Outubro, um preito de saudade aos pracinhas que morreram em combate, na luta contra o fascismo e o nazismo, nos campos da Itália. Complementando, nobre Deputado, contando com a generosidade de V. Exa., quero dizer que ainda, historicamente, hoje vivemos um regime de exceção. A História registra, com clareza, com testemunhos insuspeitos, que um regime de exceção se instaurou neste País também em 1937. Foi obra de um Plano Cohen, que toda a História do Brasil conhece como obra e peça histórica, porém falsa.

O SR. PLÍNIO SALGADO — Já é conhecido esse assunto no Brasil inteiro.

O Sr. Alencar Furtado — Mas é o documento principal que justificou a ditadura de 37.

O SR. PLÍNIO SALGADO — Sr. Presidente, um discurso de grande elevação, de análise histórica dos acontecimentos desde a Proclamação da República, é interrompido por aparte que repetem toda a superficialidade das opiniões dos que não lêem, dos que não conhecem nada da História do Brasil nem tem formação filosófica ou sociológica. É lamentável, Sr. Presidente.

Mas continuarei a ler esse capítulo, que reputo primoroso, apesar de por mim ter sido escrito, como análise da vida política brasileira, que talvez aqueles que me aparteiam não conhecem.

Prossigo. Sr. Presidente: (Lê)

«O que se deve ter em conta no estudo da Revolução de 30, é o que ela exprimia como síntese de inquietações mal expressas as quais se tinham gradativamente acentuado, desde longos anos, através de uma série de revoltas deflagradas sob pretextos os mais diversos.

Quase nenhum quadriênio presidencial escapara desses episódios: no governo de Deodoro, a deposição do Marechal: no de Floriano, a revolta da esquadra e a revolução no Sul: no de Prudente, a guerra de Canudos; no de Rodrigues Alves a rebelião da Escola Militar; no de Hermes da Fonseca, a revolta da esquadra chefiada por marinheiros, a revolução do Ceará, a luta armada contra as oligarquias de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Goiás e outros Estados: no de Wenceslau, a luta no Contestado; no de Epitácio, a revolta de Copacabana e da Escola Militar; no de Bernardes, as revoluções de São Paulo e Mato Grosso e a agitação permanente na Capital da República, não se falando na constante guerra civil no Rio Grande do Sul. Sem entrar na análise particular de cada um desses movimentos, temos entretanto de tomá-los como evidências de um desajustamento entre o estilo da política dominante e as realidades locais ou grupais do país.

No que concerne à chamada «política dos Governadores», tudo indicava que a hipertrofia do poder regional conseqüente da política iniciada pelo Presidente Campos Sales facilitava a formação das oligarquias e o sufocamento das liberdades, de modo particular nos municípios, cuja autonomia passava a existir apenas *in nomine*, dada a atuação truculenta dos diretórios locais do partido único e prepotente em cada um dos Estados.

Mas, cingindo-se ainda ao rigoroso critério da imparcialidade na apreciação dos fatos históricos, não podemos condenar Campos Sales pela adoção da política dos Governadores. A República, advindo das hábeis manobras de uma minoria inteligente, que soube provocar um imprevisto golpe militar, nascera sem base popular, sem a possibilidade de firmar o Poder Federal sobre as estruturas de partidos nacionais capazes de se revesar nas responsabilidades da sustentação do regime.

Já no fim da Monarquia, os partidos nacionais eram praticamente inexistentes, e isso se evidencia no próprio livro de Campos Sales, intitulado «Da propaganda à Presidência», onde se vê a formação dos últimos Gabinetes do Império efetivando-se de conformidade com o oportunismo político em que se dissolviam as organizações partidárias do velho regime. A coordenação das forças políticas nacionais tornara-se difícil nos governos de Deodoro, Floriano e Prudente, pois o que falava mais alto (e até mesmo como resultado da propaganda federalista dos republicanos e de uma ala do partido liberal) eram os interesses regionais. O remédio, para o momento, tinha de ser a arregimentação dos regionalismos encarnados nos Governadores, o que viu, com rara argúcia, o presidente Campos Sales.

Cumpria às gerações seguintes, enquanto a República se escorava nas estacas dessa política regionalista, exercer uma obra educativa, formando uma consciência nacional inspirada nas fontes históricas da Pátria e nos imperativos morais e econômico-sociais que constituem as nossas realidades e devem nortear a nossa marcha para o futuro. Mas, ao contrário, enquanto os republicanos chamados históricos bradavam «esta não é a República dos meus sonhos», os republicanos aderentes ou conformistas entregavam-se ao pragmatismo de uma política sem conteúdo doutrinário. A grande obra não foi realizada. Era natural, pois, que não havendo ideologias precisas e claras como laço indestrutível de unidade nacional de opinião, jamais se fundassem partidos nacionais aptos a substituir o processo de emergência ideado pelo presidente Campos Sales.

As inquietações do povo brasileiro, como regatos provindo de fontes as mais diversas, buscavam canalizar-se numa só caudal. E o mérito da Revolução de 30 reside em ter ela oferecido um leito onde afluissem e por onde corressem as angústias confusas do complexo nacional.

O historiador, observando essa revolução no seu conjunto, e não nos aspectos particulares dos casos pessoais nela contidos, não poderá condená-la pelas contradições do seu composto, nem responsabilizá-la pela confusão dos espíritos que se alastrou pelo país depois da sua vitória. A responsabilidade cabe a toda uma geração que não produzira aquele tipo de homens de pensa-

mento capazes de abandonar seus gabinetes e descer às ruas, às praças, aos salões de conferência e aos comícios populares, arriscando-se ao desfavor de muitos e ao doloroso desconforto a que se não podem furtar os apóstolos das grandes causas.

O período de 1922 a 1930 revela o anseio dos jovens escritores brasileiros no sentido de propalar novas idéias transformadoras da política nacional, por eles julgada até então sem perfeita consonância com as realidades da terra, do povo e do destino da Pátria. E o que se faz digno de nota é a circunstância de o grupo politicamente mais avançado dos intelectuais se encontrar na própria cidadela da situação dominante. Era os «verdamarelistas», que se desprenderam do movimento puramente estético iniciado pela Semana de Arte Moderna, em 22, e que doutrinavam no «Correio Paulistano» com o beneplácito e a simpatia de Júlio Prestes de Albuquerque, o candidato eleito pelos 17 Governadores contra os quais se erguera a aliança dos 3 Governadores dissidentes e dos revolucionários de 22, 24 e 26.

Vencedora a Revolução de 30, com a deposição do Presidente da República, Dr. Washington Luís, pelos seus próprios Generais constituídos em Junta Pacificadora, ficou destruída a fachada com que a República aparentava uma perfeita ordem e uma sólida estrutura. O compromisso dos revolucionários terminou com a conquista do Poder. E, do bojo do movimento, surgiram as mais variadas expressões dos desencontros ideológicos e dos conflitos entre os grupos heterogêneos.

É precisno notar que um elemento novo entrava na política brasileira: o comunismo internacional. Essa corrente ideológica tivera ingresso no país depois da implantação do bolchevismo na Rússia e da reestruturação do Comintern por Dimitroff, em bases de maior eficiência. Mas a sua presença no Brasil começa a fazer-se sentir mais fortemente pelas alturas de 1926, quando agentes de Moscou principiam a conquista das classes intelectuais. Até então, as agitações tinham sido provocadas pelos anarco-sindicalistas, cujo maior campo de ação era São Paulo. O problema do trabalho e do trabalhador apenas se esboçava como preocupação dos homens de Estado, o que se evidencia no conhecido discurso de Ruy Barbosa, pronunciado em Petrópolis em 1919. Da II Internacional, nitidamente marxista o país

já tomara conhecimento desde os fins do século XIX e, posteriormente, em nosso século, pela palavra de conferencistas estrangeiros. Mas a organização de um partido comunista filiado à III Internacional, só se efetivou em plenitude de eficiência, nos três anos anteriores à Revolução de 30, principalmente depois do Congresso Comunista realizado em Buenos Aires.

No decorrer de 1931, o partido comunista achava-se em franca atividade de propaganda, utilizando-se da infiltração de seus elementos na imprensa e nas associações fundadas com o intuito de dar à Revolução de 30 um caráter de continuidade no tocante a reformas julgadas imprescindíveis.

Essas associações, fruto da sinceridade e do verdadeiro idealismo de vários grupos, tiveram uma vida efêmera e dramática. Dentre elas, poderemos citar o «Clube 3 de Outubro», a «Legião 5 de Julho», a «Legião Revolucionária de São Paulo.» Todo o esforço dos seus componentes era no sentido de traçar um programa de reformas e de realizações em benefício do povo e do país. Mas a própria composição dessas entidades era heterogênea, sendo portanto impossível chegar-se a qualquer conclusão.

Por outro lado, os jovens militares, que tinham vindo das Revoluções de 22 e de 24, temendo que os velhos políticos, partícipes da revolução, reconduzissem o país aos moldes da República Velha(assim chamado o regime de antes de 30), constituíram-se numa ala que se designou pelo nome de «tenentismo.»

No meio de todo esse quadro de angústias, novos blocos de união se iam aglutinando; e foi assim que, em Minas surgiu «A Montanha», também com a preocupação de impedir a retomada das posições pelos políticos mineinros reacionários em 22, 24 e 26, e revolucionários em 30. Não tardou que, em Minas, fizesse a sua entrada em cena o fascismo brasileiro, dos camisas-caqui, chefiados diretamente pelo Governador Maciel.

Simultaneamente, novos grupos, ou grupos anteriormente conhecidos, como os «Patrianovistas», em São Paulo, a «Legião Cearense do Trabalho», em Fortaleza e até uma agremiação de «sinergistas» no Rio, entravam em atividade. Assim foram os primeiros meses de 1931, aos quais não faltaram nem mesmo a atuação de uma

pequena corrente positivista e de um Partido Socialista, nos moldes da II Internacional, como também, pela primeira vez, a arregimentação dos homens de cor, sob o nome de «Frente Negra Brasileira.»

O governo que a Revolução de 30 produziu foi um Governo Discricionário; e nem podia ser outro, no meio de tamanha confusão, até que o caos informe tomasse aspecto e pudesse apresentar-se em lineamentos mais compreensíveis. E não se pode negar que esse Governo Discricionário, chefiado pelo Sr. Getúlio Vargas, constituído de políticos experimentados, procurou conter os excessos dos que ainda não tinham tido contato com a coisa pública e defender a Nação contra as manobras dos convertidos ao credor moscovita.

Nesse ano de 1931, surgiu em São Paulo um jornal que se tornou, dentro em breve, o instrumento aglutinador de brasileinros orientados por um pensamento cristão e nacionalista, os quais não se colocavam, nem ao lado dos propugnadores da volta do País aos moldes da Constituição de 1891, nem ao lado dos revolucionários que ansiavam por uma série de reformas, sem nenhuma base ordenadora de doutrina política. Chamava-se «A Razão», nome que desejava significar um convite ao raciocínio, ao estudo conscencioso dos problemas nacionais, relacionados com os grandes temas humanos e com as realidades históricas, econômicas e sociais do Brasil. O seu fundador, Alfredo Egídio de Souza Aranha, entregou a doutrinação política ao futuro autor do Manifesto de Outubro. Os artigos, sem assinatura e que iam sendo transcritos em «Era Nova», da Bahia e em jornais do Ceará, provocavam cartas de todos os pontos do Brasil e os nomes dos missivistas eram arquivados com seus endereços. Dentro em pouco, estava registrada, num fichário, apreciável corrente de homens ligados por algumas idéias fundamentais.

Em 1932, entretanto, a situação em São Paulo era das mais graves. O povo paulista, representando a maior soma da produção nacional e dando ao orçamento da República um terço da sua arrecadação, vinha sendo governado, ao sabor das intrigas palacianas, por uma sucessividade de interventores pouco experientes sobre as necessidades do Estado e, além do mais, substituídos com tanta freqüência, que não chegavam a tomar conhecimento completo das questões que lhes eram afetas. O

fato provocou tão grande descontentamento, que o povo paulista, desejoso de eleger os seus governantes, desfraldou a bandeira do constitucionalismo. Substituir, o mais depressa possível, o Governo Discricionário por um governo legal, foi a aspiração que, dentro em pouco, empolgou a unanimidade do povo bandeirante.

Voltar, porém, e simplesmente, às normas da Constituição de 91 era renunciar à oportunidade que a Revolução de 30 oferecera para o início de uma vida nova, mais condizente, com as realidades nacionais e as aspirações humanas manifestadas em todos os países. Assim pensava o grupo de «A Razão»; mas observando que, do lado dos revolucionários de 1930 (então divididos em numerosas facções, algumas sob influência marxista) nada havia a esperar, esse grupo resolveu fundar uma associação de cultura, que servisse de ponto inicial a um movimento de opinião brasileira. E, assim, no dia 24 de fevereiro de 1932, no salão daquele jornal, fundou-se a «Sociedade de Estudos Políticos», tomando por alicerce nove postulados que se reduziam aos seguintes princípios: concepção espiritualista da existência humana; unidade da Pátria brasileira; coordenação das forças econômicas; justiça social cristã; combate ao totalitarismo do Estado, à luta de classes ,aos preconceitos de raça, ao coletivismo e ao excesso do individualismo.

A «Sociedade de Estudos Políticos», SEP, funcionou na sala de armas do Clube Português em São Paulo, realizando sucessivas sessões plenárias e das comissões de filosofia, economia, pedagogia, história, sociologia e política. Lá fora, crescia a agitação popular, agora tomando franco aspecto revolucionário.

Em 6 de maio de 1932, foi resolvido pela Sociedade (uma vez que já estavam todos de acordo com numerosas conclusões doutrinárias e práticas) lançar um movimento popular de difusão das novas idéias. Criou-se nova seção, além das várias comissões técnicas, denominada «Ação Integralista Brasileira.» Incumbia aos encarregados dessa seção levar ao povo, em linguagem simples, os resultados dos estudos e os fundamentos doutrinários da Sociedade de Estudos Políticos. E foi nesse mês de maio que o Manifesto, depois chamado de Outubro, tomou expressão escrita.

O momento era dramático. A revolução constitucionalista estava abertamente deflagrada. No dia 23, o

jornal «A Razão», considerado, pelos chefes do movimento armado como elemento adverso, pela pregação de caráter nacional e nunca regional que seus artigos continham, teve suas oficinas destruídas e seu prédio incendiado pela multidão. Na mesma noite, grande massa popular atacou a sede da «Legião Revolucionária de São Paulo», que já havia tomado nesse tempo uma feição suspeita de esquerdismo marxista. No ataque, houve mortos e feridos.

Em junho, num ambiente de exaltadas agitações populares, reuniu-se novamente a «Sociedade de Estudos Políticos» para ouvir a leitura do Manifesto, que deveria ser levado à impressão. Distribuiram-se várias cópias datilografadas, designando-se nova reunião para julho. Mas, a 9 daquele mês, sublevaram-se os quartéis da Força Pública e do Exército e as primeiras tropas da Revolução Paulista embarcaram em direção ao Rio. O Manifesto foi guardado para outra oportunidade.

Três meses decorreram. A Revolução Paulista isolou-se (como previra o jornal «A Razão»), não lhe tendo vindo o concurso de outros Estados cujos governos, segundo se dizia, se achavam secretamente pactuados com os dirigentes do movimento bandeirante. Apenas parte da guarnição de Mato Grosso acorreu, atingindo o planalto de Piratininga, onde ressoavam os clarins da rebelião. No Rio, apesar de os chefes constitucionais esperarem o contrário, não foi possível um prociamento militar, conquanto ali se assinalassem intensas agitações populares facilmente sufocadas.

Dentro em pouco, o Estado de São Paulo, sitiado por terra e por mar, combatia em três frentes. E, à proporção que essas frentes se restringiam com perdas de vidas e de esperanças, invadia a alma dos paulistas aquele ressentimento e aquela amargura que levaram outrora os heróis da guerra dos Farrapos a proclamar a República de Piratini, como primeira etapa da republicanização do Brasil inteiro.

Subjugada a revolução paulista em 3 de outubro de 1932, o estado de espírito de depressão e de íntima revolta dos combatentes vencidos logo aflorou num reduzido grupo de brilhantes intelectuais, que propunham, não propriamente o separatismo, porém o Confederacionismo, como imperativo da disparidade de interesses entre os vários Estados brasileiros.

E, do mesmo modo como agora, conforme ouvimos nos apartes que me deram, a interpretação do integralismo ainda se baseia nas calúnias infundadas; assim como a Revolução Paulista foi intitulada separatista pelas Rádios da ditadura.

Prossigo, Sr. Presidente:

> «Esse movimento confederacionista encontrava natural ressonância no espírito nobre mas ressentido da juventude que se constituira na «Federação dos Voluntários de São Paulo.» Por outro lado, o comunismo aproveitando-se da situação, desenvolveu intensamente a sua propaganda e rearticulou os seus quadros, estimulando a massa proletária no sentido da luta de classes. Essa reativação do comunismo processava-se igualmente em todos os Estados, utilizando-se o Comintern das massas trabalhadoras em seus justos reclamos reivindicatórios. O momento era dos mais tristes e incertos para a Nacionalidade.
>
> Estávamos a 7 de outubro. Tudo era confusão, incerteza, ausência de rumos definidos. Para onde iria a Nação Brasileira?
>
> O Manifesto Integralista, já impresso, foi nessa data distribuido em São Paulo e remetido para todos os Estados. Começava com os seguintes vocativos: «À Nação Brasileira — Ao operariado do país e aos sindicatos de classe — Aos homens de cultura e pensamento — À mocidade das escolas e das trincheiras — Às classes armadas!»

Perguntam-me agora qual a razão principal do êxito dessa doutrina. Em que consiste a doutrina integralista? Em primeiro lugar, na crença em Deus; em seguida, na compreensão do homem como uma dualidade consubstancial, exprimindo-se numa unidade substancial: corpo e alma; em seguida, a compreensão integral do Universo; depois de uma época científica que veio culminar com Einstein e no desvendamento da teoria atômica temos de compreender o Universo de uma maneira relativa.

É correlação fenomênica; não há fenômenos isolados, todos se conjugam. E, desta forma, a nossa doutrina declara que não é possível a solução de qualquer problema isolado, porquanto todos se correlacionam, se interdependem.

Baseados nesses princípios filosóficos, nós os aplicamos à orgânica social; aplicamos desde o início dos núcleos fundamentais da sociedade, entre os quais o principal é a família.

O aparteante de há pouco disse que não lancei nada de novo. Falou a verdade. Na tradição histórica brasileira esteve sempre o culto a Deus, o respeito à família, o amor à Pátria. Não tenho a veleidade de afirmar que inventei coisa nova. Meus inspiradores foram, preliminarmente, o grande cearense Farias Brito, que, mostrando-me a inocuidade e o desvalimento das filosofias dominantes no século XIX e início deste, especialmente o evolucionismo spenceriano e o materialismo que inspirou Karl Marx, abriu-me as portas a compreensão do espiritualismo. Em seguida, o meu inspirador foi Alberto Torres. Vejam, não quero ser original. O integralismo é profundamente brasileiro.

No seu livro «A Organização Nacional» Alberto Torres critica o Estado Liberal de 1891 e nos traça novos rumos. E no seu livro «O Problema Nacional Brasileiro» abre-nos as portas para a compreensão deste grande País, constituído de todas as raças, sem nenhum preconceito, mas, ao mesmo tempo, sustentando as tradições dos seus avós.

Em seguida, nosso mestre foi Oliveira Viana. Por acaso Oliveira Viana foi algum extremista? Foi nos seus livros «O Caso do Império» «O Idealismo da Constituição», «A Evolução do Povo Brasileiro», que busquei — busco até hoje — os ensinamentos para a compreensão das realidades de nosso País.

Em seguida a Oliveira Viana, temos historiadores como Oliveira Lima, que restaurou verdades históricas até então derrogadas. Depois temos Euclides da Cunha mostrando-nos o contraste entre o litoral e o sertão, a inspiração poética de Gonçalves Dias, o máximo pagé de nossa raça; de Castro Alves e, principalmente, tinha eu nos ouvidos, ainda, os clarins despertados por Olavo Bilac quando, menino de 17 anos, fui fazer serviço militar.

Essas, as fontes do nosso pensamento genuinamente brasileiro.

Agora, por que razão surgem os contrários ao integralismo? Quem não o conhece é porque não lê. Por que o integralismo é contrário ao nazismo e ao comunismo? Pelo conceito de Nação e de Estado que eles têm. O nazismo aceitou as idéias da escola histórica alemã que tinha à sua frente Bluntdli, o qual afirmava que o Estado é um ser vivo, que deve absorver a Nação. Teoria errônea, porquanto o Estado é uma criatura da Nação. A Nação é quem cria o Estado. O Estado pode ser alterado, em seus lineamentos constitucionais, pela Nação, mas esta não pode ser alterada pelo Estado, porque o Estado é seu mero instrumento para manter a ordem interna e as relações exteriores. Da mesma forma, o marxismo socialista, adotado na Rússia, também considera o Estado um monstro que absorve a Nação e esmaga as li-

berdades individuais. Dessa forma, combatíamos estes totalitarismos, ao mesmo tempo que combatemos o capitalismo internacional, absorvente e esmagador das liberdades e legítimos direitos humanos. Esta, a nossa doutrina. E a prova é que os jornais da Alemanha me atacavam durante aquele período. As exterioridades integralistas, estas também foram conseqüências da nossa doutrina. Os homens de Santa Catarina sabem que ali desfilavam nas ruas os camisas-cáqui nazistas atraindo os filhos e netos de alemães. Em contraposição aos camisas-caqui, lançamos os camisas-verdes, cor da nossa bandeira, para atrair esses elementos e impedir que constituíssem quistos raciais dentro da nossa Pátria. Essa grande ação que desenvolvemos focalizou os homens mais eminentes daquele tempo. Tivemos em nossas fileiras descendentes das famílias mais ilustres: do Marechal Deodoro, de Floriano Peixoto, do Barão do Rio Branco, de Osvaldo Cruz, de Castro Alves, de Ruy Barbosa, de Silveira Martins, de Quintino Bocaiuva, de José de Alencar. Seria longo citar todos, porque muitas famílias tradicionais do Império e da República vieram para o Integralismo. Quanto às figuras intelectuais, eram as mais brilhantes: reitores, catedráticos, cientistas, diplomatas, escritores, artistas. Isto não era por motivo fútil. Havia ao mesmo tempo a clarividência no tocante à doutrina e o sentimento de amor à nossa terra. Então, fomos ao povo: ensinamo-lo a cantar o Hino Nacional, que, desde então, começou a ser cantado. Fundamos três mil escolas de alfabetização; mil e tantos postos médicos e lactários; bibliotecas; e, o que é melhor, arregimentamos a juventude das escolas, formando-lhes o caráter, orientando-lhes a vocação, exigindo-lhes estudo. E disso resultou a produção de uma geração de homens como San Thiago Dantas, Miguel Reale, Alfredo Buzaid, Renato Mesquita, hoje Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, todos, como dezenas de outros homens do maior valor.

Há mais de trezentos jovens daquele tempo que hoje ocupam cargos eminentes em nosso País na cátedra, na magistratura, na literatura e na diplomacia.

Quero dizer, diante das deturpações feitas por muitos órgãos da imprensa, que não pretendo fazer ressurgir, como partido, o Movimento Integralista. Não pretendo, não pretendemos. Estou muito satisfeito trabalhando em prol dos ideais da Revolução de 64, nas fileiras da ARENA. Não precisamos fundar partido nem qualquer movimento de proselitismo no sentido político porque já exercemos grande influência, não só no Brasil, mas no exterior. A recente reunião de catedráticos americanos, na Universidade de Pittsburg, demonstra a coincidência de seu pensamento com a doutrina integralista, pelas conclusões a que chegaram.

Recebo, com freqüência, professores e alunos de Universidades européias e americanas. Um deles passou um mês comigo, em Brasília, estudando esta doutrina que muitos brasileiros não querem conhecer. Não digo todos os brasileiros, porque duas classes de nossos políticos compreenderam-me: a de alta cultura e o povo humilde, mas intuitivo. No meio da mediocridade impermeável, a raça dos interpeladores, a que me refiro no meu livro «A Vida de Jesus.» Estes ficaram interpelando e interpelarão toda a vida, porque são impermeáveis.

Sr. Presidente, hoje festejamos a data comemorativa do esforço ingente que fiz em defesa da nossa Pátria, da união das Forças Armadas, no combate ao comunismo. E o maior atestado que tenho disso é o relatório de Dimitrov a Stalin, do qual tenho cópia e onde se diz:

> «Não foi possível vencermos no Brasil porque tivemos a leviandade de subestimar a força e a influência que o integralismo representava.»

Está lá escrito, Srs. Deputados. Se tudo isto não é serviço ao Brasil, se tudo isto não é reconhecido como obra salvadora de nossa Pátria durante quarenta anos, ofereço esta incompreensão a Deus, porque não trabalho por mim e, para ser franco, nem mesmo por V. Exas. Cumpro o dever de servir a Deus, amando a Pátria que Ele me deu e aos meus irmãos brasileiros, aos quais devo todos os sacrifícios que tenho feito, inclusive com risco de minha vida, em seis atentados à bala. Sim. Não faz mal que alguns não me compreendam, que outros queiram deturpar meu pensamento. Não faz mal, porque sou sinceramente espiritualista. Creio firmemente em Deus, emprego a minha vida, como o homem do Evangelho, que tudo arriscou com o patrimônio que o Rei lhe conferira. Como esse homem, direi: Senhor, destesme o poder de falar, o poder de escrever o poder de sentir, o poder de amar. Estes poderes que destes a um filho tão indígno e humilde eu vos restituo através dos sacrifícios, sofrimentos e incompreensões que tenho tido. Só quero um dia poder, fechando os olhos aos meus contemporâneos abri-los ante vós, meu Criador, e exclamar: «Senhor, o que me destes eu empreguei da melhor maneira que julguei possível. Aqui estou, Senhor. Eu cumpri o meu dever. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Departamento de Imprensa Nacional — Brasília — 1973